

A relação campo cidade sobre uma análise do território quilombola a partir da comunidade remanescente da lagoa dos índios

Mobilidade Urbana e Meio Ambiente

Silvia Rejane Souza Bentes

Mestranda em Desenvolvimento Regional/UNIFAP 2017; Licenciada em Pedagogia pelo IESAP;
silviabentes14@hotmail.com

RESUMO

A comunidade Lagoa dos Índios, localizada na região oeste do Município de Macapá, convive com o dilema da expansão do núcleo do urbano sobre o território secular e tradicional de raízes quilombolas. No tocante, a dinâmica urbana desse processo tem fragmentado as relações sociais, de produção artesanal e cultural do grupo ali presente. Diante disso, o estudo aqui proposto, tem como objetivo apresentar a relação entre a comunidade da Lagoa dos Índios e a cidade de Macapá que permeia a relação campo-cidade assim como o modo vida tradicional e o modo de vida urbano no distanciamento das relações de solidariedade entre os sujeitos tradicionais. A metodologia utilizada baseou-se na pesquisa bibliográfica para o embasamento conceitual de modo de vida, território quilombolas, territorialidade e a relação entre o campo e a cidade. Utilizou-se também, pesquisa de campo com registros fotográficos para mostrar os contrastes sociais que alteraram paisagem rural da comunidade. Nos resultados mostra-se a articulação indissociável entre o campo e a cidade e as mudanças ocorridas no modo de vida tradicional, ocasionado pela introdução da dinâmica urbana da cidade de Macapá.

PALAVRAS-CHAVE: Relação campo-cidade; Território quilombola; Lagoa dos Índios-AP

A relação campo cidade sobre uma análise do território quilombola a partir da comunidade remanescente da lagoa dos índios

Introdução

As comunidades tradicionais quilombolas são parte constituinte da formação do povo brasileiro. Todavia, a luta pela permanência em seus territórios ancestrais, ainda tem sido motivo de constantes reivindicações por muitas comunidades remanescentes pelo direito à terra. No Amapá, a conduta da titulação das terras quilombolas está ligado ao fator histórico que se entrelaça com a própria formação do estado e pelo quantitativo de comunidades remanescentes quilombolas que encontram-se em processo de reconhecimento de seus territórios.

No entanto, mesmo de posse de seus títulos, muitas comunidades, em geral sofrem as influências da dinâmica campo cidade. Tal constatação, em muitos casos, resulta na alteração do modo de vida tradicional do quilombo, causando, constantemente, perdas das manifestações culturais das tradições e outras práticas próprias de subsistência ancestrais. Neste estudo, apresenta-se a comunidade remanescente da Lagoa dos Índios, a qual encontra-se imersa no cerne deste embate pela proximidade com o complexo urbano da cidade de Macapá, e, ladeada pelos impactos ambientais, sociais e econômicos das construções imobiliárias no entorno da Lagoa e como esta questão tem alterado as relações tradicionais e originárias dos quilombolas desta comunidade.

Este trabalho está dividido em três subseção, cuja primeira aborda as concepções conceituas de território tradicional e o modo de vida baseado nas relações de afinidade entre os sujeitos. Na segunda subseção, a expansão da urbanização da cidade mostra a compreensão que o território quilombola da Lagoa dos Índios tem sofrido e a interferência disto no modo de vida dos sujeitos.

A terceira subseção enfatiza relação campo cidade a partir da comunidade remanescente da Lagoa dos Índios pelo enfoque do fenômeno do fluxo migratório e os aglomerados habitacionais no entorno do quilombo. E por fim, na quarta e última subseção, apresenta-se a realidade atual através do mosaico urbano e as novas configurações espaciais.

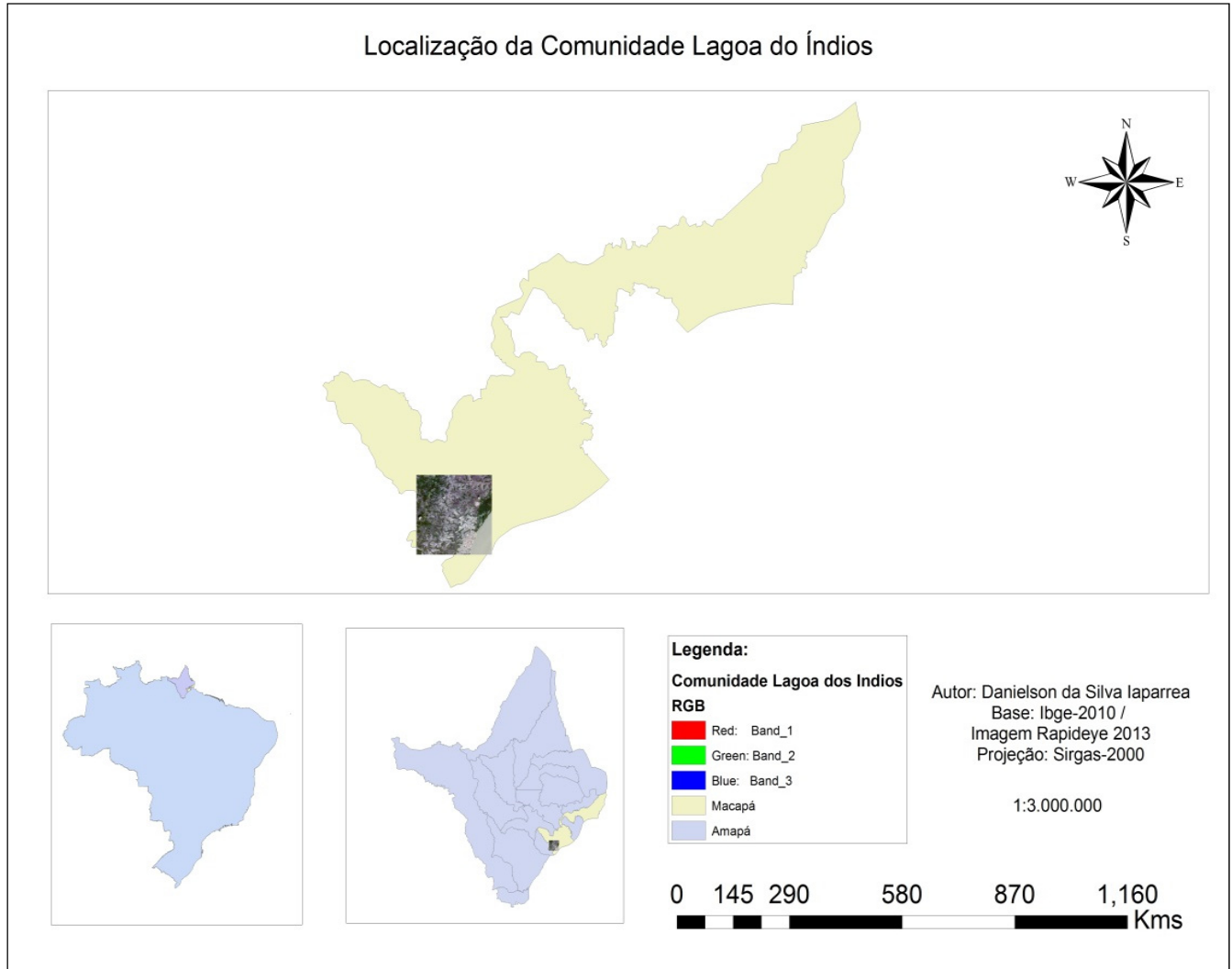
Para efetivar está análise, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica através da literatura científica de contribuições de Marques (1994), Rezende da Silva (2008), Suzuki (2013), Tostes (2014), Ferrari Junior e outros, como aporte teórico para fundamentar a abordagem conceitual dos fatores que influenciam nas mudanças ocorridas na relação campo cidade.

Outro recurso metodológico foi a utilização de mapa para mostrar a localização precisa da comunidade Lagoa dos Índios, a qual se localiza na porção oeste do município de Macapá, capital do Amapá, zona urbana da cidade. Cujo acesso se dá pela rodovia estadual Duca Serra, uma das vias que interliga a capital Macapá ao município de Santana.

EIXO I: MOBILIDADE URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS
EIXO II: MOBILIDADE URBANA E MEIO AMBIENTE
EIXO III: MOBILIDADE URBANA E ACESSIBILIDADE
EIXO IV: TRANSPORTES ALTERNATIVOS E POTENCIALIDADES

MACAPÁ, AMAPÁ, BRASIL
29,30,31 DE OUTUBRO & 01 DE NOVEMBRO DE 2018

Figura 1 – Mapa da comunidade Lagoa dos Índios



Fontes: Iaparrea, 2015, Base: IBGE-2010.

Por fim, compreendeu-se que ambiente natural da ressaca, além da diversidade dos ecossistemas como floresta de várzea, cerrado, terra firme, áreas de ressacas e lagoas que desaguam no igarapé da Fortaleza, elementos da paisagem natural que se confrontam com a paisagem urbana da cidade, confronta-se com as inúmeras construções de instituições públicas e privadas, lotes urbanos, conjuntos residenciais formam o conjunto arquitetônico que exercem a pressão sobre o quilombo, provocando, assim, perdas significativas no território ancestral da comunidade e que são elementos que conduzem as mudanças ocorridas através dos tempos na localidade.

Sendo assim, a expansão urbana sobre o quilombo, e as implicações da modernidade no modo de vida tipicamente tradicional alterou as formas de ocupação e formação dos quilombos no assim como a organização espacial e as reações de vizinhança, solidariedade e compadrio.

Outro enfoque é compreender a expansão urbana sobre o quilombo, e as implicações da modernidade no modo de vida tipicamente tradicional. O enfoque principal está relacionado às mudanças ocorridas no território e no modo de vida, analisando o processo de urbanização como elemento que contribuiu para ocasionar as perdas materiais e imateriais desses sujeitos.

Território tradicional e modo de vida

As práticas cotidianas do trabalho familiar ou de vizinhança nas comunidades tradicionais se constroem pela força cultivada na agricultura, na caça e na pesca pela necessidade de subsistência do grupo. Dessa maneira pode-se compreender como um modo de vida que se baseia nas relações de afinidade entre os sujeitos.

De tal maneira, o elo desse convívio está na força do trabalho que fortalece e aproxima os sujeitos na convivência entre as famílias, ampliando os graus de parentescos através das contações de históricos dos mais velhos. Nesse sentido, Marques (1994, p. 6) afirma que “o modo de vida camponês é formado por um conjunto de relações familiares e de vizinhança, formas de organização da produção imediata, condições materiais de vida e de trabalho, relações políticas e religiosas”.

As alegações de Marques (1994) colocam em evidências que o modo de vida é uma forma específica de um determinado grupo expressar suas relações sociais, políticas, culturais e religiosas ao longo da história.

Tendo como exemplo claro disso, observa-se por meio da prática do sistema de compadrio entre os membros do grupo pelo aspecto religioso é um exemplo clássico de modo de vida que emana principalmente das comunidades tradicionais do campo, de modo que, passa a se manifestar também na cidade. Para Marque (1994, p. 97) o compadrio reforça a solidariedade entre as famílias enquanto os ritos religiosos a exteriorizam. Segundo o autor:

Um aspecto da religião católica, o qual desempenha um importante papel tanto na economia cabocla quanto no sistema de parentesco, é o sistema de compadrio. O compadrio foi trazido pela cultura ibérica e é importante traço social no campesinato do Brasil e da América Latina, permitindo uma extensão das relações além do círculo familiar (WOORTMAN, 1995, FUTEMMA, 2006, *apud* HENRIQUES, 2011, p. 58).

Os mutirões também são formas de estreitar os laços de vizinhança, estão presentes no campesinato e em várias comunidades quilombolas no Brasil. Esses laços afetivos praticados entre as famílias é uma forma de solidariedade e de companheirismo entre eles. É uma maneira de fortalecer os compadrios e a autonomia de suas práticas produtivas estabelecidas no território.

De acordo com Rezende da Silva (2008, p. 97) “denominam-se, de forma geral, populações tradicionais as que utilizam atividades de subsistência de baixo impacto ambiental em áreas rurais e urbanas, baseadas na reciprocidade, nos laços de solidariedade, cooperação comunitária e em relações socioeconômicas mais coletivizadas”.

EIXO I: MOBILIDADE URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS
 EIXO II: MOBILIDADE URBANA E MEIO AMBIENTE
 EIXO III: MOBILIDADE URBANA E ACESSIBILIDADE
 EIXO IV: TRANSPORTES ALTERNATIVOS E POTENCIALIDADES

MACAPÁ, AMAPÁ, BRASIL
 29,30,31 DE OUTUBRO & 01 DE NOVEMBRO DE 2018

Para Diegues (1996), as comunidades consideradas tradicionais estão associadas com um modelo de organização mercantil e comunitária, reduzida de acumulação do capital. São sujeitos que se organizam através do trabalho familiar, não assalariado. Suas relações econômicas são realizadas em pequena escala, esses povos e suas culturas se caracterizam segundo Diegues (1996, p. 87-8) pela:

- a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um *modo de vida*;
- b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transmitido de geração em geração por via oral;
- c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) moradia e ocupação desse território por varias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltados para a terra de seus antepassados;
- e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- f) reduzida acumulação de capital;
- g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e as relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e as atividades extrativistas;
- i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- l) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

De acordo com Rezende da Silva (2008, p. 25), “Territorializar-se significa ter poder e autonomia para estabelecer determinado modo de vida em um espaço, para estabelecer as condições de continuidade da reprodução material e simbólica deste modo de vida. A sobreposição de territórios implica necessariamente em uma disputa de poder”.

Porém, na visão de Marques (1994, p. 11) “há diferentes maneiras de se determinar a territorialidade, seja por meio de regras sociais como os direitos legais e as normas culturais referentes ao uso da terra ou simplesmente pelo emprego do poder e da força bruta”. Essa autora esclarece ainda, que o direito do acesso a terra estabelece uma forma clara e constante de diferenciação dos lugares, é uma demonstração de territorialidade que chega a ser fundamental, apresentando generalidades e neutralidades em diferentes lugares. (MARQUES 1994).

É importante destacar, que o território, percebido no sentido concreto, estaria associado ao próprio homem e este, estaria ligado a terra, daí surge a imprescindibilidade do sujeito territorializa-se, seja pela sua continuidade enquanto ser, seja pela sua subsistência. No tocante, “cada um de nós necessita, como um recurso básico, territorializar-se” corrobora Haesbaert (2004, p. 16).

De acordo Haesbaert (2004), é relevante considerar a necessidade do ser humano em construir novos territórios, sendo que não vê possibilidade alguma do homem viver sem ele, ao modo que territorializar-se passa a ser um movimento de reconstrução incessante de novos territórios.

Tomando como base esse entendimento, é relevante destacar que no caso de um indivíduo e/ ou grupo social mais coeso, podemos dizer que eles constroem seus (multi)territórios integrando, de alguma forma, num mesmo conjunto sua experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço” ressalta Haesbaert (2004, p. 341). No tocante, sob as considerações de Haesbaert e Gonçalves (2006), o território também é visto como um espaço que acolhe contradições, como lugar de abrigo, de proteção para os povos, que através dele reproduzem a si mesmos.

Os territórios quilombolas e tradicionais, geralmente, tem uma relação direta com a terra (entendida como forma de produção e reprodução do trabalho familiar na comunidade), representa também sua dimensão simbólico-cultural que pertence ao território. Segundo Anjos (2006, p. 15) entende o quilombo enquanto “território étnico, um espaço político, físico e social, que estão gravadas as referências culturais e simbólicas da população, um espaço construído, materializado a partir das referências de identidade e pertencimento territorial”. Estando expostas as características subjetivas para interpretação desses espaços territorializados Souza e Pedon (2007, p. 132) contribuem argumentando:

“Os símbolos, imagens e os aspectos da cultura são na verdade, valores, talvez invisíveis, endogenamente falando, que para a população local materializa uma identidade incorporada aos processos cotidianos, dando um sentido de território, de pertença e de defesa dos valores, do território, da identidade, utilizando-se vertentes político-cultural, que na verdade são relações de poder e defesa de uma cultura adquirida ou em construção”.

Souza e Pedon (2007) nesse caso enxergam que os valores (culturais, religiosos e simbólicos) estão associados e internalizados nos sujeitos, são eles que vão dar sentido ao território, ao sistema de valores e de identidades, pois estes são relações de poder na defesa de um modo de vida.

Para Jorge (2009, p. 143) “a construção do território não se revela apenas de modo material, mas também por meio de ações, discursos, mitos e valores que ele contém”. No entanto, o território abarca diversas ações, sejam relacionados à identidade, ao poder, a produção, a manifestação cultural, ao modo como esses sujeitos se relacionam com o meio.

Nas palavras de Santos (2007, p. 13) “o território é o lugar que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir da manifestação de sua existência”.

É importante ressaltar que a prática do uso coletivo da terra, é uma norma social específica, organizadas por núcleos familiares de cunho tradicional.

Para Treccani (2006, p. 185) “apesar de existirem espaços de uso familiar (casa, roça e quintal), o uso da terra e demais recursos naturais (sobretudo os recursos hídricos, os caminhos, os castanhais, os babaçuais, as pastagens naturais, a caça, a pesca e a floresta) é decidido de forma comum”.

Para Almeida (2010 p. 329) uso comum significa:

EIXO I: MOBILIDADE URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS
 EIXO II: MOBILIDADE URBANA E MEIO AMBIENTE
 EIXO III: MOBILIDADE URBANA E ACESSIBILIDADE
 EIXO IV: TRANSPORTES ALTERNATIVOS E POTENCIALIDADES

MACAPÁ, AMAPÁ, BRASIL
 29,30,31 DE OUTUBRO & 01 DE NOVEMBRO DE 2018

[...] liberdade ou espaços sociais livres das restrições e exigências impostas pelo ato de compra e venda, que concretizam a transformação da terra em mercadoria. Uso comum pressupõe em suma, “recursos abertos”. Sua vigência, entretanto, não quer dizer um retorno a situação histórica anterior aos enclosures ou aos casos clássicos de cercamento das terras comunais na Inglaterra do século XVIII.

Na visão de Almeida (2010), o território na qual é realizado a prática do uso comum, não estar condicionado as relações monetárias, são espaços sociais livres das trocas mercantis, os recursos naturais estão disponíveis há todos os membros da comunidade.

A expansão da urbanização da cidade

O território Lagoa dos Índios, formado aos arredores do perímetro urbano, vivencia as transformações ocorridas na cidade de Macapá, absorve tais mudanças, o bastante para interferir no modo de vida dos sujeitos. Tal grupo está sofrendo mudanças de toda ordem, uma delas na forma de trabalho, na qual seus membros necessitam ir à cidade diariamente para trabalhar, marcando uma nova trajetória de organização e uma dependência ao homem urbano. Suas práticas seculares de solidariedade e de resistência foram se perdendo, desde os fins da década de 1980 e início da década de 1990, momento em que o então Território Federal do Amapá transformou-se em Estado. É importante destacar que o movimento populacional da região estava associado, também, à criação de novos municípios, baseando-se na Constituição Federal de 1988 (SANTOS 2012).

Lefebvre (2001) analisa a expansão do meio urbano ao rural e a possibilidade de mudanças nas relações culturais dos grupos tradicionais:

“(...) a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o. (...). A vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais: artesanato, pequenos centros que definham em proveito dos centros urbanos (comerciais e industriais, redes de distribuição, centros de decisão, etc.). As aldeias se ruralizam perdendo a especificidade camponesa. Alinham-se com a cidade, porém resistindo a às vezes dobrando-se ferozmente sobre si mesmas”. (LEFEBVRE, 2001 p. 74).

Observa o autor as metamorfoses que acontece entre a cidade e o campo. Tal expansão do meio urbano sobre o rural, muda as relações dos sujeitos com sua cultura, enfraquece-o de tal forma, que é capaz de fragmentá-la. O campo, mesmo tendo características próprias, absorve características mercantis, típicos das cidades, no entanto, isso não implica no seu desaparecimento definitivo, ele tem a capacidade de adaptar-se, ressurgindo assim, sob nova forma.

Antônio Candido (1964), no estudo sobre os caipiras paulistas, afirma que a cultura das cidades absorve as culturas rústicas, o domina, impõem seus valores, suas técnicas, vê ainda o autor na expansão do capital, uma maneira de impedir a organização política dos grupos caipiras, tirando sua vida sociável e impedindo uma harmonia com sua cultura. E continua Candido (1964, p. 228) afirmando “todas as vezes que surge, por difusão da cultura urbana, a possibilidade de adotar os seus traços, o caipira tende a aceitá-los, como elemento de prestígio”. “Apesar da desconfiança dos tradicionalistas, prevalece o remédio da farmácia” (CANDIDO 1964, p. 229).

EIXO I: MOBILIDADE URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS
EIXO II: MOBILIDADE URBANA E MEIO AMBIENTE
EIXO III: MOBILIDADE URBANA E ACESSIBILIDADE
EIXO IV: TRANSPORTES ALTERNATIVOS E POTENCIALIDADES

MACAPÁ, AMAPÁ, BRASIL
29,30,31 DE OUTUBRO & 01 DE NOVEMBRO DE 2018

Para Suzuki (2007, p.140) “no campo e na cidade, vão se construindo territórios do capital, mas sem destruir todas as formas pré-existentes que, pois, ao se metamorfosearem, encontram maneiras de resistirem e persistirem, enquanto outras são criadas”. Para Candido (1964, p. 233) “a incorporação à economia capitalista altera as posições na estrutura tradicional e possibilita a definição de outras, fora delas”.

Argumentado sobre a lógica capitalista e camponesa, Marques (1994, p. 105) menciona “a relação camponês com a terra, da mesma forma que a sua organização da produção, não obedece à lógica capitalista”. Com essas afirmações Marques (1994) evidencia que o camponês, homem do campo que produz gêneros úteis à comunidade, têm poucas chances de exercerem seus hábitos e tradições com autossuficiência.

Na visão de Oliveira (2007), o capitalismo é contraditório, ele mesmo vai criar e recriar relações não capitalistas de produção no campo (trabalho familiar camponês), pois para o latifundiário capitalista explorar o trabalhador camponês é uma possibilidade de reprodução do capital de forma ampliada, apropriando a renda da terra. No entanto, as comunidades tradicionais estão de forma direta e indireta articuladas com o modo de produção mercantil. Como relata Oliveira (2007, p. 20):

O desenvolvimento do modo capitalista de produção, entendido como processo contraditório de reprodução ampliada do capital, pressupõe a criação capitalista de relações não-capitalistas de produção, uma vez que o capital, ao se reproduzir-se, reproduz também de forma ampliada as suas contradições. Dessa forma, esse movimento contraditório gera não só a subordinação de relações pré-capitalistas, como também relações antagônicas e subordinadas não - capitalistas [...] o capital, incorporando áreas e populações às relações comerciais, desenvolve, numa unidade contraditória, as condições de sua expansão e simultaneamente os entraves a essa expansão. Quer dizer, como o capital não se expande mercantilizando todos os setores envolvidos nessa expansão (não implanta a um só tempo trabalho assalariado em todos os setores e lugares), ele tende, particularmente onde e quando a vanguarda dessa expansão capitalista está apenas no comércio, a desenvolver, em parte contraditoriamente, o mesmo processo que se deu em sua acumulação primitiva. O capital lança mão da criação e recriação das relações não - capitalistas de produção para realizar a produção não - capitalista do capital.

Para o paradigma da questão agrária, o território, os sujeitos e suas temporalidades estão em metamorfoses, isso é constatado quando há um aumento da concentração e expropriação de terras, ocorrendo simultaneamente a isso uma aceleração de conflitos pelo direito do acesso a terra. A luta é travada entre o agricultor capitalista e o agricultor camponês familiar.

Os estudos relacionados ao uso comum do território e ao modo de vida tem evidenciado que as implicações da modernidade a partir das relações capitalistas, são processos capazes de transformar as relações políticas e as práticas cotidianas tanto no campo, quanto na cidade, devido a introdução dos instrumentos da modernidade que vai implicar nas mudanças dos hábitos, costumes e na forma de organização dessas comunidades.

Suzuki (2007, p. 136) faz uma análise sobre esse processo afirmando “o campo e cidade no Brasil passaram por intensa metamorfose, não só porque houve uma mudança nos seus conteúdos e nas

EIXO I: MOBILIDADE URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS
EIXO II: MOBILIDADE URBANA E MEIO AMBIENTE
EIXO III: MOBILIDADE URBANA E ACESSIBILIDADE
EIXO IV: TRANSPORTES ALTERNATIVOS E POTENCIALIDADES

MACAPÁ, AMAPÁ, BRASIL
29,30,31 DE OUTUBRO & 01 DE NOVEMBRO DE 2018

suas formas, mas, também, devido as possibilidades novas que foram se constituindo de estabelecimento de vínculos e de influência de um sobre a outra, ou vice-versa”. E continua Suzuki:

Assim, o campo e a cidade, no Brasil, passaram por intensas transformações, redefinindo seus conteúdos e as suas formas. É, então, nestes termos de transformações socioespaciais que as leituras que foram feitas acerca do que se definia como campo e como cidade no Brasil precisam ser avaliadas para se verificar a sua potencialidade em dar conta dos novos contornos em que se delineiam estes espaços (SUZUKI 2007, P. 140).

No entanto, as formas materiais e simbólicas das populações tanto rurais quanto urbanas sofrem alterações, ou seja, se modificam. É neste contexto de transformações sociais, econômicas e políticas que Suzuki analisa o campo e a cidade.

O contexto da modernidade (novas práticas culturais baseadas no consumo privado de mercadorias) gera impactos que modificam as relações tradicionais estabelecidas no território amapaense. A expansão da cidade sobre o campo e a introdução de novas tecnologias, são mecanismos do sistema capitalista que transformam as práticas de sociabilidade entre famílias tradicionais.

As transformações da realidade local da comunidade da Lagoa, procedente da valorização do espaço, refletiram na organização da estrutura espacial atualmente, haja vista que esse território é cobiça de posseiros, grileiros e especuladores que geram conflitos pela posse da terra.

Um dos processos que mais contribui para a compressão do território da Lagoa dos Índios é a especulação imobiliária, a cada dia surge um novo morador na comunidade. Novas casas são edificadas nos arredores do quilombo, a expansão urbana tem efeitos avassaladores na vida dos sujeitos, os tempos de tranquilidade e de farturas de caças (porco do mato, tatu, capivara) já não existem mais.

A relação campo cidade a partir da comunidade remanescente da Lagoa dos Índios.

A pressão exercida pela urbanização da cidade Macapá sobre o quilombo da Lagoa dos Índios tem reflexo no processo de migrações ocorrido na década de 1990 principalmente, pela criação da ALCMSA – Área de Livre Comércio Macapá e Santana – que apontava para possibilidade de desenvolvimento das cidades de Macapá e Santana (TOSTES, 2014), porém não atingiu o ápice do desenvolvimento esperado, contudo provocou um fluxo migratório inesperado por pessoas advindas dos Estados do Estado do Pará e Maranhão. Grande parte deste deslocamento ocasionou em aglomerações habitacionais em áreas impróprias da cidade. Este fenômeno refletiu, tanto dentro quanto fora da área que cerca o quilombo, provocando b construções de novas moradias num espaço sem visibilidade urbanística e espacial. (FERRARI JUNIOR, 2006).

É neste sentido, que Logan e Molotch (1987) vem dizer que a cidade, além de um espaço da acumulação do capital, é também um espaço para viver, criando uma outra dimensão de conflitos sociais. Neste caso, o sujeito sem ter condições de moradia, vai em buscar de terras ou outros espaços para ali habitar. Em geral esses espaços encontram-se em áreas periféricas que configuram

EIXO I: MOBILIDADE URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS
EIXO II: MOBILIDADE URBANA E MEIO AMBIENTE
EIXO III: MOBILIDADE URBANA E ACESSIBILIDADE
EIXO IV: TRANSPORTES ALTERNATIVOS E POTENCIALIDADES

MACAPÁ, AMAPÁ, BRASIL
29,30,31 DE OUTUBRO & 01 DE NOVEMBRO DE 2018

um lugar não apropriado para edificar sua casa. Na maioria das vezes esses sujeitos encontram nas áreas, seja ela de ressaca, de proteção ambiental ou de quilombo, uma possibilidade de moradia. Esse processo desenvolve-se num meio espacial estruturado, criado pelo homem (Harvey e Castells,1980) e consequência disto, é o crescimento desordenado da cidade que reflete simultaneamente no alijamento das populações tradicionais, que sofrem por estarem localizadas próximo ao perímetro urbano, caso do quilombo Lagoa dos Índios, provoca ainda mudanças profundas no modo de vida dessa comunidade. Outro fator decorrente desse fenômeno é propagação da violência, do desemprego, e da informalidade.

A partir deste cenário, percebeu-se que um forte impacto ocorreu na comunidade Lagoa dos Índios pela avidez do mercado imobiliário especulativo, visto que outros grupos sociais não quilombolas, como moradores de baixo poder aquisitivo e outros com alto poder aquisitivo, visam se apropriar do território quilombola e de suas cercanias.

Com isso, percebe-se que esse tipo de movimento é atraído pela implantação de empreendimentos, principalmente o imobiliário, fato que se justificaria a partir das reflexões de Maricato (2001), que um dos motivos pelo qual isso acontece é que entre a Lei e sua aplicação há um abismo que é mediado pelas relações de poder da sociedade. É por demais conhecido, inclusive popularmente, no Brasil, o fato de que a aplicação da lei depende de quem a ela (a aplicação) se refere. A autora nos remete analisar que as problemáticas da não regularização das terras pelos quilombolas da Lagoa dos Índios, está na “flexibilidade” que inspirou também o “jeitinho brasileiro” ajuda a adaptar uma legislação positivista que estão imersos na lógica do capital especulativo.

Figura 1: expansão imobiliária – Condomínio Park da Lagoa.



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

EIXO I: MOBILIDADE URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS
EIXO II: MOBILIDADE URBANA E MEIO AMBIENTE
EIXO III: MOBILIDADE URBANA E ACESSIBILIDADE
EIXO IV: TRANSPORTES ALTERNATIVOS E POTENCIALIDADES

MACAPÁ, AMAPÁ, BRASIL
29,30,31 DE OUTUBRO & 01 DE NOVEMBRO DE 2018

Essa urbanização reduziu o território, haja vista, que os espaços para plantar, criar animais estão escassos, isso gera o desemprego, a pobreza, e a falta de perspectiva de dias melhores. A apropriação do território está diretamente relacionada à mercantilização das terras para grupos privados, esses, contrários em transformar aquela região em território quilombola, pois a titulação definitiva impediria esses grupos em apropriar mais terras.

O planejamento urbano pensado para a cidade sobre os aspectos do modo de produção capitalista foi um forte condutor de organização do espaço (HARVEY,1980), no entanto esse desdobramento no Brasil foi outro. Visto que, o planejamento urbanístico é instrumentalizado para guiar a orientação ao ambiente e no enfrentamento das questões sociais, e promover o melhoramento das cidades (FERRARI JÚNIOR, 2004), porém ele deixa lacunas que promovem a ocupação desordenada em consequência do rápido crescimento populacional.

No caso da cidade de Macapá, que gerou impactos ambientais e sociais dentro do quilombo, isso reflete na falta de uma infraestrutura que atenda os anseios básicos de saneamento, já que ali, ramais não oferecem condições mínimas de tráfego de pessoas, nem de veículos. As fossas contaminam os lençóis freáticos, poços e igarapés com dejetos humano. Essa condição versa sobre o que prevê o PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA sobre a qualidade de vida e moradia dos quilombolas.

O modo de vida na Lagoa tem se alterado de forma significativa nas últimas décadas, o sistema de valores ligados ao uso comunal da terra, valores materiais e imateriais por muito tempo utilizado por esse grupo tradicional estão em metamorfose, transformações ocorridas por meio da urbanização descontrolada, invasões do território quilombola por agentes que mercantilizam terras, fragmentam valores, antes coesos. Essas mudanças no cenário evidenciam como os sujeitos se organizam atualmente, como organizam suas produções subjetivas e concretas.

No entanto, essas mudanças, no território e no modo de vida dessa comunidade, não dissolveram totalmente suas particularidades e a possibilidade de resistência mesmo que remota ainda existe. Premissa que se apoia em Suzuki (2007) que acredita na possibilidade desses grupos encontrarem forma de se metamorfosearem, de persistirem e resistirem ao advento do capital.

A realidade atual

A vila da Comunidade Lagoa dos Índios, atualmente, possui uma infraestrutura relativa a uma pequena comunidade do interior, com alguns ramais que dão acesso a sítios e chácaras de pessoas declaradas não quilombolas. Na pequena vila, reside os quilombolas e migrantes de outras regiões; a comunidade é constituída por um posto de saúde, uma escola de ensino fundamental e igreja evangélica.

O centro comunitário é denominado de Raimundo Pereira da Silva em homenagem a um ancestral que viveu na comunidade e, teve grande contribuição na realização atividades festivas culturais como o Marabaixo, bem como atividades relativas as questões da comunidade.

EIXO I: MOBILIDADE URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS
EIXO II: MOBILIDADE URBANA E MEIO AMBIENTE
EIXO III: MOBILIDADE URBANA E ACESSIBILIDADE
EIXO IV: TRANSPORTES ALTERNATIVOS E POTENCIALIDADES

MACAPÁ, AMAPÁ, BRASIL
29,30,31 DE OUTUBRO & 01 DE NOVEMBRO DE 2018

Na área urbanizada onde hoje se localiza o bairro do Goiabal, ainda residem negros remanescentes de quilombo, dentro de uma realidade que lhes forçou a absorver a lógica urbana. São famílias remanescentes que incorporaram a doutrina da cidade, com individualistas e sem as relações que deram visibilidade a esse grupo. No ramal do Goiabal, perímetro pavimentado existem pontos comerciais, igrejas, postos de combustível e outros empreendimentos. Do outro lado do ramal, existe um residencial privado denominado de Irmãos Planton, cujas vias possuem infraestrutura diferenciada e/ou adequada aos padrões do tipo de moradia. Ressalta-se ainda, que há um outro condomínio residencial privado, o Lagoa Park configurando um novo mosaico urbano.

As festividades religiosas é uma característica das comunidades tradicionais, que consiste nas celebrações das suas culturas ancestrais. Sendo assim, essas celebrações ainda são presentes na comunidade, em dois momentos, o batuque e a dança do Marabaixo como predominância, da gengibirra, bebida alcoólica misturada com gengibre que representa a simbologia cultural dos quilombolas.

Em contrapartida, há um embate pela influência dos ritmos das festas da cidade, provocando a segregação cultural entre o rural e o urbano. De modo que descaracteriza o aspecto tradicional pelo tipo de música tocada por outros moradores da comunidade, gerando muitas vezes desconforto e insegurança por parte dos seus membros mais antigos e tradicionais.

Outro ponto relevante a ser mencionado são as características festivas, tradicionalmente estas comunidades conjugam das tradições religiosas de devoção aos santos padroeiros e, atualmente se confrontam com doutrinas religiosas das igrejas Evangélicas, muito usual dentro das comunidades atualmente, com os propósitos são totalmente diferentes daquilo que prevalece nas comunidades tradicionais quilombolas ou nas comunidades tradicionais indígenas ribeirinhas, as quais recebem influência para abandonarem suas práticas ancestrais e se tornarem cristãos humanizados, gerando um impacto sociocultural bastante expressivo ao que ainda mantém viva a memória dos quilombos.

Figura 2: Igreja Evangélica.



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

EIXO I: MOBILIDADE URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS
EIXO II: MOBILIDADE URBANA E MEIO AMBIENTE
EIXO III: MOBILIDADE URBANA E ACESSIBILIDADE
EIXO IV: TRANSPORTES ALTERNATIVOS E POTENCIALIDADES

MACAPÁ, AMAPÁ, BRASIL
29,30,31 DE OUTUBRO & 01 DE NOVEMBRO DE 2018

No contexto educacional a escola é um marco referencial no processo de desenvolvimento humano de uma comunidade. Para tanto, faz-se necessário sua predominância nas comunidades tradicionais para se institua práticas formais que garantam a especificidade das vivências, realidade e histórias das comunidades quilombolas no país (BRASIL, 2011), através da proposta de uma educação diferenciada para as comunidades quilombolas, que, há tempos se fazia presente nas demandas dos movimentos sociais (CENSO 2015).

No entanto, observou se que a única escola da comunidade ainda está em fase de adequação desta política educacional essencial ao ensino que tem cumprido suas diretrizes para alcançar as comunidades quilombolas como um todo. No tange aos aspectos da educacionais, a Lei 10.639/03 para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em consonância as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais estes instrumentos estão sendo implementados de maneira gradual em conformidade com a realidade de cada localidade, para fazer o cumprimento geral da LDB 9.394/96 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL.

Diante do exposto, a celeridade desta Lei para a comunidade da Lagoa os Índio é de fundamental importância, visto que a escola não oferta o Ensino Médio, apenas cumpre com a oferta do Ensino Fundamental I e II. Fato que impulsiona os jovens se deslocarem da comunidade para as Escolas da Rede Pública Estadual não centro da cidade de Macapá ou em áreas adjacentes. Esta situação é desafiadora em virtude do distanciamento para entre escola e comunidade, fator que contribui para evasão escolar em decorrência da insuficiência do transporte público.

Diante das dificuldades a escola vem se mobilizando junto aos órgãos estaduais para implementar esta parte do ensino que compõe a formação da Educação Básica Nacional.

Figura 3: Escola Estadual Lagoa dos Índios.



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

EIXO I: MOBILIDADE URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS
 EIXO II: MOBILIDADE URBANA E MEIO AMBIENTE
 EIXO III: MOBILIDADE URBANA E ACESSIBILIDADE
 EIXO IV: TRANSPORTES ALTERNATIVOS E POTENCIALIDADES

MACAPÁ, AMAPÁ, BRASIL
 29,30,31 DE OUTUBRO & 01 DE NOVEMBRO DE 2018

Considerações finais

A análise sobre o modo de vida na Resseca da Lagoa dos Índios contribui para compreender as relações de organização socioeconômica e as relações de produção na comunidade. As peculiaridades da comunidade são pontos, que, ainda os caracteriza como comunidades tradicionais. Pois a forte influência do ritmo da cidade, tem contribuído para impor um determinismo que é típico das relações capitalista de produção, onde o produto industrializado ocupa o lugar da daqueles que ancestralmente, foram repassados de geração em geração, mas que agora conotam apenas uma memória cultural

Observou-se através do fenômeno da expansão urbana sobre os territórios, que houve uma fragmentação de boa parte do deste território para o capital imobiliário que se faz presente naquela região. Causando impacto de vizinhança pelo contrastaste das moradias, que acabou sendo atingido pelas simultâneas invasões ligadas a baixa expectativa de acesso a moradia, visto que os quilombolas hoje, sofre a pressão de expropriação de suas terras, para dar lugar a construção de condomínios elevando a supervalorização do espaço, estímulo ao aliciamento de empresa imobiliárias que historicamente contribuíram para fragmentação.

Por fim, vale ressaltar expansão da cidade causou uma desordem que desequilibrou as relações de vizinhança, uma coação que gerou violência, usurpou território, fragmentou a comunidade. Ficou evidente que as transformações no território ainda estão em. Esse fenômeno não descaracterizou por completo a comunidade, haja vista, que ainda permanecem aspectos tradicionais relativos a cultura, como o batuque, por exemplo, e outras relações que deram visibilidade ao grupo.

Referências

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. (pesq.). **Quilombolas: tradições e cultura de resistência**. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

_____. **Instrução Normativa INCRA nº57** de 20 de outubro de 2009.

_____. **Decreto Legislativo nº 143, de 20 de julho de 2002**. Aprova o texto da convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes.

_____. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004**. Promulga a convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre os povos indígenas e tribais

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas Constitucionais nº 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, edições Câmara, 2012. 454 p. – (Série textos básicos; n. 67).

_____. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito:** estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 9ª. Ed. São Paulo: Duas cidades, 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

HAESBAERT, Rogério. GONÇALVES, Carlos Walter Porto. 1958- **A nova des-ordem mundial.** São Paulo: Editora UNESP, 2006 160 p. : il. – (Paradidáticos. Serie Poder)

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

_____. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HENRIQUES, Giuliana Cristina Cesar. **“Tudo é remédio”:** estudo de práticas curativas em Maruanum. 2011. 213 f. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade Tropical) – Universidade Federal do Amapá, Macapá.

IBGE. Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Censo 2010.**

JORGE, Rogério Ribeiro. **Território, Identidade e desenvolvimento: uma outra leitura dos arranjos produtivos locais de serviço no rural.** 2009. 304 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades alternativas para a crise urbana.** Petrópolis: Vozes, 2001.

Leite, Ilka Boaventura. Os quilombolas no Brasil: Questões conceituais e normativas. **Etnografia**, vol. IV (2), 2000, pp. 333-354.

LOGAN, John e MOLOTCH, Harvey; **"Urban Fortunes: the political economy of place"**, University of California Press, 1987. In.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira-PB.** 1994. 153 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

EIXO I: MOBILIDADE URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS
EIXO II: MOBILIDADE URBANA E MEIO AMBIENTE
EIXO III: MOBILIDADE URBANA E ACESSIBILIDADE
EIXO IV: TRANSPORTES ALTERNATIVOS E POTENCIALIDADES

MACAPÁ, AMAPÁ, BRASIL
29,30,31 DE OUTUBRO & 01 DE NOVEMBRO DE 2018

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª ed. São Paulo: Labur, 2007.

REZENDE DA SILVA, Simone. **Negros na Mata Atlântica, territórios quilombolas e conservação da natureza**. 2008. 370 f. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Emmanuel Raimundo Costa. Urbanização e Rede Urbana na Amazônia Setentrional Amapaense/AP. **Revista Formação Online**, n. 19, volume 2, p. 107 -131, jul./dez., 2012.

SANTOS, Milton. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 3. Ed.

SOUZA, Edevaldo Aparecido, PEDON, Nelson Rodrigo. Território e Identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros** – Seção Três Lagoas, v. 1, n.6, p. 126-147, Novembro, 2007.

SUZUKI, Júlio César. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. **Revista Nera**, Presidente Prudente, Ano 10, nº10, p.134-150, 2007.

TOSTES, José Alberto. História Institucional Do Amapá: Os primórdios. In: SILVA, Fábio Carlos da; RAVENA, Nirvia (Organizadores). **A Formação Institucional da Amazônia**. – Belém : NAEA, 2014

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terras de Quilombo**: caminhos e entraves do processo de titulação. Belém: Secretaria Executiva de Justiça. Programa Raízes, 2006 p. 354.